

Do município à capital: entre territórios e percursos de literaturas locais

O caminho entre município e capital revela diferentes paisagens, dependendo do percurso que se toma. O presente artigo escolhe a via construída por textos históricos/memorialistas que elegem o município como ponto de partida para narrar sobre esse e outros espaços. Os municípios considerados na análise detêm uma particularidade: situados nos Estados de Minas Gerais e Goiás, são vizinhos à Capital Federal, Brasília¹. Esse fato traz uma decorrência importante para a imaginação do espaço, relativa às representações recorrentes sobre Brasília e sua construção, em discursos e narrativas sobre a nação brasileira. No caso, a imagem da capital modernista, construída em um território vazio de civilização, cultura e progresso. Entretanto, a região que materializou o projeto modernista traz histórias de colonização e ocupação que datam do século XVII, como as relativas às cidades de Luziânia, em Goiás, ou Paracatu, no Noroeste Mineiro – passados ausentes em discursos hegemônicos sobre Brasília, porém narrados pelo pensamento e imaginação sociais formulados a partir dessas cidades e municípios, particularmente pelos escritores locais².

Considerando tal quadro, pergunta-se: o que diriam os que são classificados pelos discursos hegemônicos como situados no vazio, descritos por ausências e negatividades? Na busca de respostas, este artigo privilegia o diálogo

¹ Os municípios enfocados são Luziânia e Formosa (GO): Buritis, Formoso, Unaí e Paracatu (MG); e Planaltina, atualmente região administrativa do Distrito Federal.

² O artigo é versão modificada do capítulo III da tese de doutorado intitulada *Margens escritas*: versões da capital antes de Brasília, defendida em 2003, na Universidade de Brasília (JACINTO, 2003).

com escritores cujas produções literárias tematizam municípios e localidades existentes antes da transferência da capital e da construção de Brasília.

A reflexão desenvolvida, inspirada pela analogia entre práticas de espaço e práticas de leitura (CERTEAU, 1994), toma a literatura cujo lugar de enunciação se faz *a partir do município*, e não da capital ou da nação em primeiro lugar. A mudança de perspectiva faz diferença em termos de representação. Nas narrativas consideradas, o centro irradiador não é a capital, mas o município. Em relação a ele, os textos apresentam atores sociais e cenários de interação; fornecem representações de valores e práticas; introduzem categorias regionais, como as de Planalto e Noroeste de Minas, e elegendam a retórica do parentesco para descrever relações entre lugares que são, também, unidades de federação. Sobre Brasília, um ponto crucial nos textos analisados, como se pretende mostrar, está na participação reivindicada aos municípios no projeto de mudança da capital e da construção de Brasília – eles oferecem espaço e tempo à nova capital.

Olhar panorâmico: boas famílias, tipos populares e eruditos

O caminho começa com um tipo particular de textos: aqueles cuja tarefa é registrar a história de um lugar e de seus habitantes. Esse lugar é o município. Os relatos sobre ele são entrelaçados, muitas vezes, por memórias e testemunhos dos próprios autores. Embora o conjunto de textos estudados reúna trabalhos bem diversos³, nota-se, em muitos deles, a alternância entre dois “ímpetos” ou inclinações nas narrativas.

Há, por um lado, a preocupação em construir uma história com “H”, que narre a origem do município em tempos remotos, associe sua formação à construção da nação brasileira, ensine sobre seus acontecimentos e heróis. Ao longo dos livros, o ímpeto do historiador se apoia de diferentes modos, em documentos e fontes bibliográficas que indicam preocupação com objetividade, veracidade de fatos narrados e pesquisa. Ilustra esse ímpeto a imagem atribuída

³ As obras selecionadas reúnem textos de diferentes gêneros (memorialistas, históricos, ficcionais, crônicas). Em comum, têm a motivação de registrar relatos sobre o local, geralmente lugar de origem ou habitação desses escritores. O termo “escritor” é usado na acepção nativa, ou seja, é escritor quem tem escritos tornados públicos, por meio de publicação, e quem se define enquanto tal. A qualificação “escritores locais” tem caráter relativo e heurístico. Indica a preocupação ou ligação de seus textos com os municípios e localidades, havendo também autores cuja produção não se limita ao recorte ou vínculo com o local – exercitam, todavia, o diálogo e a intertextualidade em relação à tradição histórico-memorialista considerada.

à Gelmires Reis, escritor de Luziânia, em que o pesquisador seria um “ajuntador de gravetos, para o historiador acender a fogueira” (PIMENTEL, 1996, p. 5).

Por outro lado, os temas dos livros são objetos de afetos, lembranças de experiências pessoais e nostalgia. Os autores são também participantes e testemunhas de seus próprios relatos. Outro ímpeto, o do memorialista, insere na narrativa temporalidades construídas não em sentido único e irreversível, mas em linhas que se cruzam segundo memórias, interesses e posições de seus autores. Entrelaçados aos movimentos narrativos, aparecem relatos que ligam “grandes acontecimentos” do município a eventos e fatos cotidianos. Como diz o prefaciador de São *Francisco nos caminhos da história* sobre o livro: “Além da política e história, ele conta também estórias de beira do rio, focaliza os tipos populares, narra fatos em excelentes crônicas” (BRAZ, 1977, p. 12). Cabe lembrar que o prefaciador, Hermes de Paula, é também autor de obra referencial para o gênero: *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes* (PAULA, 1957).

Alguns elementos compõem a estrutura narrativa de vários textos estudados, como momentos referenciais. Primeiro, a fundação de um território e de cenários de interação, apresentados ao longo da leitura. Tópicos iniciais, em geral, desenvolvem descrições e qualificações do espaço, situando origens e particularidades. Fala-se da “conquista da terra”, das “primeiras fazendas”, de estradas e rios, pontes e prédios, elementos por meio dos quais se contará sobre a formação do povoado, da vila, do distrito até se chegar à constituição do município.

Outro momento referencial traz uma espécie de apresentação sociológica, identificando personagens significativas por meio da descrição de papéis desempenhados e da atuação numa série de ocasiões. As personagens pertencem, em geral, a dois grupos diferentes em termos de *status* social. As primeiras são apresentadas como protagonistas da história e do município, membros das “boas famílias”. Apontadas como famílias “mais antigas”, às vezes como descendentes de bandeirantes, quase sempre fundadoras das primeiras fazendas, deram ao município seus *ilustres*: médicos, políticos, professores e juizes. Os textos descrevem esses heróis fundadores e sua descendência; comentam sobre parentescos, casamentos, genealogias, e outros fatos que permitem mapear as famílias e seus membros.

Um segundo grupo de atores, presentes em várias narrativas, é daqueles que não pertencem às grandes famílias, não ocupam posições de prestígio;

são apresentados como “tipos populares”, “figuras populares” ou “tipos de ruas”. Dilermando Meireles, em *Deste Planalto Central* (1978), começa a crônica intitulada “Tipos de rua” do seguinte modo:

Toda cidade, principalmente as velhas cidades, possuiu e possui sempre os seus tipos de rua. A própria vida social das pequenas comunidades parece que propicia a geração desses elementos, como espécie de ingredientes necessários à vida coletiva. Também Luziânia os teve e os tem, inesquecíveis. Alguns misteriosos, outros gaiatos; alguns malucos; outros beberões; todos porém, com extraordinária popularidade, particularmente no seio da gurizada (MEIRELES, 1978, p. 83)

O termo “Figuras Populares” remete a pessoas, em geral, referidas por um primeiro nome, apelido ou os dois – Cesário, Antônia Ceroula, Joaquim Colher... O fato de serem conhecidos por apelidos não necessariamente os distingue como um grupo particular, já que o uso da “linguagem da intimidade”, por meio de apelidos, é menção comum à vários textos. Em *Fragmentos do substrato cultural do Planalto*, Edésio Machado de Araújo (2001), comentando sobre sua infância em Luziânia na década de 1940, fala sobre os nomes. A diferença entre um modo “familiar” de usar o nome e um modo associado aos tipos populares não é tão clara. Porém, o autor dá alguma pista. Ao refletir sobre o costume de se usar apelidos, explica como identificava, para um interlocutor, o “titular do apelido”. Não era feita pelo uso do prenome ou sobrenome, mas dizendo “O Chico de Tute”, “O Zé do Nim do Funche”, “a mulher do Brecha”, “filho de Bilo”... Nesses casos, identifica-se por vínculos relacionais, principalmente pela via das relações de parentesco. Assim, não há tanta distância entre o modo informal do apelido e o modo formal de apresentar personagens de “boas famílias” nos livros, que geralmente trazem sobrenomes, nomes de família e de um grupo de descendência.

Já para os tipos populares, há raros sobrenomes, e os apelidos são geralmente formados por algum adjetivo – Antônia Ceroula, Joaquim Colher, Josino Pimenta, Zé Barrão, Chica Pé-de-Gancho. Os raros sobrenomes, como os adjetivos que os acompanham, apontam não tanto à dimensão relacional das redes de parentesco e grupos de descendência, mas à singularidade de suas figuras e performances. A popularidade entre a “gurizada”, como sugere um dos fragmentos anteriores, refere-se também ao espaço onde essa atuação é exercida: *a rua* é o lugar onde o tipo se constrói, na

“vida social das pequenas comunidades”. Ao escrever sobre Josino Pimenta, em *Deste Planalto Central*, Meireles comenta que:

não sendo propriamente um tipo de rua, pois vivia na zona rural, funcionava como tal, já que era frequentemente visto embriagado a cambaleiar pela rua, quebrando o silêncio da cidadezinha com seus constantes gritos, num vozeirão baritonado e impressionantemente forte (MEIRELES, 1978, p. 84).

A rua, espaço da cidade, é também palco para quem vive na zona rural, na roça e na fazenda.

“Boas Famílias” e “Tipos Populares” participam das narrativas sobre os municípios e sobre a vida do lugar. Categorias relativas a um tipo ideal de interação social revelam papéis sociais, formas de relacionamento e hierarquias (GOFFMAN, 1983). Nesse domínio, referente sobretudo à vida cotidiana, importam contextos temporais e espaciais nos quais se dão encontros, condições físicas e psicológicas dos participantes, o caráter dos encontros. Assim, em vários relatos associados às categorias “boas famílias” e “tipos populares”, percebe-se um tipo de interação social marcada por um tom festivo, que não faz “discriminação de classe” e diz da “boa vontade para com os humildes”. Tipo ideal cuja centralidade parece estar no valor da “boa pessoa” (CHAVES, 1996), e no cuidado de pessoas de “melhor posição” para com as figuras populares.

Em *Raízes e culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*, de Oscar Reis Durães (1996), esse ideal de interação social, em que a “boa pessoa” é parâmetro para avaliação da interação, também está representado. Repleto de pequenas histórias e usando a linguagem da intimidade, o relato de Durães sobre Buritis, município mineiro, é produto de um esforço de investigação e pesquisa. Os capítulos sobre as famílias do município trazem quadros genealógicos detalhados. Ao lado deles, descrições sobre os membros mais destacados de cada família.

Por exemplo, sobre a “Família Lopes de Portugal”, há a seguinte descrição:

Muitos deles ainda trazem os traços dos europeus, como a cor e olhos claros, onde o campo genético semeia ainda a cópia nítida de seus ancestrais. Sua descendência tem se sobressaído em diversos aspectos da vida, são bastante instruídos, às vezes reservados, discretos e serenos, mas hospitaleiros e prósperos (...). São amistosos e

humildes, qualidades que atraem o povo. Por isso, possuem uma grande capacidade de dominar no mundo político (DURÃES, 1996, p. 128).

Nessa literatura, valores cristãos da humildade e da generosidade são indicados não só como atributos das “boas pessoas”, mas relevantes na prática política. Desse ponto de vista, é importante notar o viés assimétrico que relaciona essas categorias, e como tais valores caracterizam uma relação que *parte* dos cidadãos de boa família, sendo *dirigida aos* “tipos populares” ou “cidadãos humildes”. De certo modo, a assimetria dessa relação tende a se reproduzir também no nível da elaboração narrativa: há *história* para alguns, os cidadãos de prestígio e de família. Para outros, segundo os livros, há *estórias*, crônicas que reúnem os que não têm sobrenome, mas têm popularidade e singularidade; estão na memória.

Há ainda outros personagens representados na escrita, que transitam por esses pólos, exploram e dão visibilidade às relações entre eles: os próprios *escritores*. Nesse universo, a imagem do escritor embaralha-se com outras, como as de intelectuais ou professores. O escritor escreve livros, publica textos no jornal, poesia; mas sua figura compartilha uma posição semelhante com outras associadas ao conhecimento, aos livros e ao gosto pelo passado. Entre diferentes perfis de escritores e intelectuais locais apresentados nos textos, há um modo particular e frequente de serem retratados, sugerindo-se uma espécie de tradição: os *autodidatas*. Como tipo social, o “autodidata” é vislumbrado em diferentes textos, configurando um personagem, valores e práticas agregados.

Em alguns livros, os autodidatas são tema central, como nos de Antônio Pimentel. Em *Fragmentos antológicos dos autodidatas de Santa Luzia*, Pimentel (1992) apresenta e reproduz trechos escritos por intelectuais da antiga Santa Luzia: Joseph de Mello Álvares (1837-1919), Evangelino Meireles (1822-1922), Gelmires Reis (1893-1983), Baltazar dos Reis (1901-1976), Joaquim Gilberto (1905-1985) e Benedito de Araújo Melo (1990-1990). Todos deixaram escritos que constroem a narrativa histórica de Santa Luzia, atual Luziânia e, ao mesmo tempo, são personagens lembrados por outros autores, sendo alguns deles patronos da Academia de Letras e Artes do Planalto, em Luziânia.

Joseph de Mello Álvares, autor e personagem referencial, escreveu *História de Santa Luzia* (1979) e a seu respeito há o livro *O autodidata maior: vida, obra e genealogia* (PIMENTEL, 1996). Sobre ele, também diz Bertram:

Joseph de Mello Álvares – o conhecido Zé de Mello, que a gente antiga de Luziânia achava ser auxiliado pelo Romãozinho, o Diabo, o Capeta, pela sua versatilidade como político, farmacêutico, médico, advogado, fazendeiro e escritor – foi o grande autodidata do Planalto em fins do século XIX, seu primeiro pesquisador científico, a grande árvore sob a qual Gelmire Reis e Evangelino Meireles tiveram guarida (BERTRAM, 2000, p. 24).

Em volta da imagem de Joseph de Mello e de outros autodidatas, há o valor de se construir, por conta própria, o caminho para o conhecimento. Enfrentando distâncias sociais e espaciais, obstáculos para a aquisição formal do saber, os autodidatas criam uma nova condição – são apresentados como os que plantam a árvore do saber e da memória para as gerações seguintes. Podem também criar uma nova condição para si mesmos, visto que a erudição e a escrita parecem caminhos para se ganhar notoriedade e, quem sabe, um novo *status* social.

Entre anônimos e ilustres, tipos populares e boas famílias, autodidatas e professores, são tecidas narrativas dos municípios. Através delas, o leitor é conduzido a um primeiro olhar panorâmico sobre o início dos tempos e do território, principais atores e valores, em representações do espaço social.

Município: sobre a centralidade das relações

O município é referência destacada para quem caminha em espaços construídos narrativamente pelos textos. Pólo irradiador, dele pulsam as questões, eventos e qualidades que conduzem a leitura. As narrativas sobre os municípios articulam dimensões referidas à história político-administrativa e ao localismo (QUEIROZ, 1976), espaços de poder político e econômico, aos territórios do cotidiano (BRANDÃO, 1995), lugares de relações pessoais, da intimidade, do reconhecido como próximo. Narra-se sobre lugares como o distrito, a vila, a igreja, o cartório ou as farmácias. Ao mesmo tempo, conta-se sobre acontecimentos em fazendas, ruas, cenários de natureza, entre representantes das boas famílias ou tipos populares. Remetendo à percepção do espaço social, nos sentidos trabalhados por Queiroz (1973) e Brandão (1995), o espaço construído nas narrativas como “município” faz ver movimentos e lugares diferenciados que se intercomunicam, às vezes se confundem, configurando um mundo social por onde transitam sujeitos ligados por sentimentos de pertença. Mais do que cenário, o município é

personagem e, ao mesmo tempo, guia narrativo que tece a centralidade de várias relações possíveis:

Unai tem, sim senhor, a sua história bonita para contar. E contada por quem a ama como eu, torna-se uma poesia, saída do coração, cheia de saudade, onde as pessoas se misturam aos fatos, onde os fatos se misturam aos lugares, onde os lugares estão misturados em minha própria vida (GONÇALVES, 1990, p. 13).

Junto à ideia de centralidade, há a noção de irradiação que o município promove, reinventando espaços. O trecho a seguir foi publicado em 1973, escrito por Joaquim Gilberto, autodidata de Luziânia (GO). O texto de onde foi retirado participa das homenagens prestadas durante o cinquentenário de falecimento de Evangelino Meireles, que, em 1910, publicou o primeiro número do jornal *O Planalto*. O fragmento expressa a centralidade do município e apresenta algumas imagens que serão exploradas adiante:

Constantemente, Luziânia é citada como centro de tradições. Formou-se aqui, como em Vila-Boa, Jaraguá e Pirenópolis, pontos de ressonância de fatos nacionais. Do tropel das Bandeiras, da atividade do garimpo, do lamento dos escravos e da nostalgia de grupos consideráveis desgarrados de velhos troncos de nobreza empobrecida, vindos da metrópole luza, estratificou-se, aqui, uma cultura especial e singular, com projeção distante e interiorana da própria cultura nacional. Por isso, podemos afirmar que *a pré-história do Planalto e de Brasília está em Luziânia e em sua projeção nas comunidades vizinhas* (GILBERTO, 1973, p. 37 – grifos meus)

Também de Paracatu (MG) são fornecidas imagens sobre um centro a partir do qual se funda um novo espaço, como nas palavras de Oliveira Mello em “A cultura no Noroeste de Minas”:

A cultura do Noroeste de Minas irradiou-se, propriamente, de Paracatu, que foi uma encruzilhada dos que vinham do Nordeste para Goiás e dos que subiam dos campos de Piratininga rumo ao mesmo Goiás. Caminhos cruzando e deixando em Paracatu a raiz de uma nova cultura com uma permanência marcante: a vivência atenta do passado (OLIVEIRA MELLO, 1998, p. 82 – grifos meus)

A centralidade do município e a inversão que essa imagem instaura, por exemplo, em relação a Brasília como capital federal, pode ser vista no

livro *Hunay de hontem, Unaí de hoje*, de Maria Torres Gonçalves (1990). Já o título diz do protagonista da narrativa: Hunay/ Unaí. O índice de quase 100 entradas dá ao leitor a ideia de seus inúmeros aspectos, trazendo títulos dos assuntos tratados, em uma cronologia que gradativamente aproxima o leitor ao presente da escrita. Não há, nesse índice, menção alguma ao Distrito Federal ou a Brasília.

Porém, logo no “Histórico do Município” percebe-se sua presença de modo peculiar. Nos primeiros parágrafos, Unaí é apresentada como *cidade* originária da Fazenda Capim Branco, hoje em “pleno desenvolvimento, considerada celeiro de Brasília” (GONÇALVES, 1990, p. 11). Tal menção diz da importância de Unaí para a Capital: celeiro que alimenta seus habitantes. Outro aspecto interessante no trecho é a passagem entre termos, do *município*, à *comunidade* e à *cidade*. Principalmente a última, entre município e cidade, é equivalência recorrente em vários textos. Essa passagem desenha um espaço do *centro cidade* nesse *centro* que é o *município*, círculos concêntricos por onde os sujeitos transitam e aos quais pertencem. Em uma espécie de animismo, o “Histórico do Município” é aberto com a seguinte epígrafe: “Toda cidade tem sua alma e o que a distingue mais do que as suas ruas é o seu modo de viver, de exprimir, de manifestar a presença de uma ação coletiva”.

A referida fala é de Juscelino Kubistchek, ex-Presidente da República e responsável pela construção de Brasília. Também, ex-governador do Estado de Minas Gerais, onde o município de Unaí está localizado. O livro apresenta várias fotos, entre elas algumas da visita do então governador JK ao município de Unaí. As fotos se encontram no item “O Terceiro Prefeito: 1951 a 1954”, referindo-se ao então prefeito João Costa, anfitrião de JK – referências que constroem a centralidade do município na narrativa, a qual se submetem elementos que de outros pontos de vista englobariam o local. Nesse caso, a visita de JK não recebe tópico particular, mas é citada como acontecimento relativo ao mandato do prefeito. Outro caso sobre o mesmo prefeito ilustra bem a situação. O livro conta da viagem do prefeito ao Rio de Janeiro, para encontrar-se com o então presidente Vargas:

... Ao trocarem os cumprimentos de praxe, disse-lhe o Presidente:

“O senhor se parece muito comigo!”

João Costa retrucou imperturbável: “Eu acho que é V. Exa. que se parece comigo” (GONÇALVES, 1990, p. 303).

Tal diálogo, junto a descrições da personalidade do prefeito, inverte a relação hierárquica entre os sujeitos mencionados, presidente e prefeito. Do mesmo modo, Brasília e Juscelino surgem na narrativa de modo a engrandecer o município. A centralidade do município mostra-se assim em referências a pessoas e lugares cuja importância é relativa à gestão do prefeito, ao grande celeiro de desenvolvimento que a fazenda primeira se tornou, ou à lembrança da alma da cidade.

Rios, parentescos e emancipação

Em espaços narrados pelos textos, rios também aparecem como lugares aos quais se pertence. Porém, ao invés da centralidade, a ideia forte ligada a eles é a de fluxos. Eles correm, banham cidades, cruzam vilas, distritos, municípios, limites de Estados: são trânsito e comunicação.

O Rio Corumbá é o principal curso d'água do município. Nasce no município de Pirinópolis no sopé do Morro dos Pirineus, onde se dividem as águas que correm para o norte do Brasil (Bacia Amazônica) com as que vão para o sul do país (Bacia Platina), fazendo parte dessa última (CURADO, 1997, p. 102).

O excerto anterior compõe um texto escrito como livro didático, *Corumbá de Goiás: estudos sociais*, de Curado (1997), abrindo o capítulo sobre “Aspectos naturais e econômicos do município”. Através dos rios, enfatiza, Corumbá se liga não só aos municípios goianos mais próximos, mas ao norte e ao sul do Brasil.

Junto ao fluxo do rio, segue o caráter de ter estado sempre lá, ser *natureza*, pensado como realidade geográfica anterior aos desbravamentos, “verdade prévia anterior à história (MAGNOLI, 1997, p. 47). O primeiro capítulo do livro de Oscar Durães (1996) sobre Buritis, chamado “O bandeirante na miragem do Sertão Urucuiano”, retrata esse tempo e situa o mundo narrado no sertão de beira de um rio, Urucuia. E, segue o autor, sobre as conquistas há de se falar do “bravo bandeirante ‘Januário Cardoso Sobrinho’, uma figura importantíssima dentre os antecedentes do povo do São Francisco” (DURÃES, 1996, p. 10). No tempo da conquista das terras, o povo era também de um rio, o São Francisco.

Em textos relacionados aos municípios mineiros de Buritis e Formoso, o rio São Francisco e seus afluentes, como o Urucuia e o Carinhanha, são

personagens marcantes, recriando espaços e outras direções, inclusive literárias. Neles são mais frequentes citações à obra de Guimarães Rosa, particularmente *Grande Sertão: Veredas* (1979). Napoleão Valadares, por exemplo, autor vinculado aos municípios de Buritis e Arinos (Noroeste de Minas Gerais), não focaliza tanto a categoria município em seus textos de pesquisa ou ficcionais, mas os recria em territórios formados por rios, fazendas e gado, ou de modo mais genérico, ao Vale do Urucuia. Assim, no romance *Urucuia* (VALADARES, 1990), a intriga da narrativa se faz lembrando os tempos de navegação do rio São Francisco, com personagens que transitam entre Porto de Manga e Januária, rumam a Barreiras na Bahia ou a Brasília, e participam da cultura vaqueira que cultua Santos Reis.

Os rios também definem territórios por onde se construirá a identidade expressa pelos textos. Porém, o rio nunca é exclusivo, não se deixa fechar por limites territoriais ou identitários: ele participa de memórias e pertencas de outros municípios e revela claramente *parentescos* – metáfora cara aos textos para se falar da relação *entre municípios ou municípios e estados: irmãos, pais e filhos*.

E há os nomes. Os rios talvez tenham estado sempre lá, mas é o nome que lhes coloca neste mundo que se percorre como leitores. Quando coincide o nome do rio e o do município, esses vários princípios vêm à tona com toda a sua força. Veja-se, por exemplo, a “arqueologia dos nomes”, texto de Paulo Bertram em *História da terra e do homem no Planalto Central*.

Lá no fundo da escavação, há de existir, no extrato mais antigo, o nome mais remoto. *Rio Paracatu*, por exemplo, do tupi rio bom, de navegação boa (...)

Subindo o *Paracatu*, logo damos com seu maior afluente, o já chamado *Iuna* (...). A cor da água, ou a cor do fundo do leito deram o nome do curso: *rio Preto*. Uma qualificação geográfica precisa no deserto de nomes do sertão.

Na década de 1920, alguma alma nativista e tupinóloga (...) sugeriu batizar o incipiente povoado de *Capim Branco* com o nome de *Unai*, em que transparece a metamorfose do velho *Iuna* no nome da vizinha cidade (BERTRAM, 2000, p. 21 – grifos meus).

Sobre a “alma nativista e tupinóloga” mencionada por Bertram, que sugeriu o nome *Hunay/ Unai* ao antigo povoado *Capim Branco*, nos dá notícia o livro *Hunay de ontem, Unai de hoje*. Teria sido o primeiro prefeito quem nomeou o nascente município na lembrança das águas do rio, “um

dos homens que mais trabalhou para a emancipação do município” (GONÇALVES, 1990, p. 26). O rio que nomeia relembra o parentesco e suas relações. *Emancipar-se* é tornar-se maduro o suficiente para ganhar autonomia; romper, construir novos limites e relações. Contar sobre Unaí ou Buritis, no esforço da reconstituição histórica, é ter que contar de Paracatu, de primeiros tempos e espaços desses municípios mineiros.

A ideia de *emancipação* remete também à anterioridade do lugar, que aguarda liberdade e autonomia. Na abertura de *Formoso de Minas no final do século XX: 130 anos!*, de Xiko Mendes (2002), a anterioridade é sugerida com uma citação de *Grande Sertão: Veredas*, de Rosa (1979). O trecho citado “inclui Formoso”, ainda que o nome *Formoso* não apareça claramente: consta a descrição de um sertão que vai pelo *Chapadão do Urucuia, córrego do Quebra-Quinaus*, “começos do Carinhonha e do Piratinga filho do Urucuia”, mundo desenhado por rios, e, para quem pode ver, Formoso.

Planalto Central e Noroeste de Minas

Esses pontos são importantes para entendermos os espaços mais amplos que os textos fazem emergir, articulando as narrativas e seus principais personagens, os municípios. Atravessando limites político-administrativos da região como espaço da di-*visão*, instituída por decreto (BOURDIEU, 2001, p.114), são traçadas outras linhas que reúnem e separam, com os nomes de *Planalto e Noroeste de Minas*.

Planalto pode congrega municípios como Formosa, Luziânia, Unaí, Paracatu, intersecção de Minas e Goiás, Brasília e Distrito Federal. As narrativas sobre tal espaço ajudam a conhecer sua definição, que também varia. Dentre elas, uma relacionada institucionalmente à literatura, encontra-se em publicações ligadas à Academia de Letras e Artes do Planalto, sediada em Luziânia. Um texto definidor do Planalto, também texto fundador da instituição, é o *Estatuto* da Academia. No parágrafo único do capítulo 1, lê-se:

Consideram-se Planalto Central do Brasil, para os fins do presente estatuto, as unidades federativas e municipais que se originaram do antigo Município de Santa Luzia, definido no Ato de 20 de abril de 1778, que criou o julgado de Santa Luzia e que compõe, presentemente, do Distrito Federal e dos Municípios de Luziânia, Cristalina, Cabeceiras, Formosa, Planaltina, Flores de Goiás, São João d’Aliança, Alto Paraíso e Padre Bernardo.

O nome “Planalto” aparece sobretudo em textos referentes aos municípios goianos. Nos textos produzidos ou publicados no contexto da *Academia de Letras e Artes do Planalto*, Planalto necessariamente remete à Luziânia e a seu passado – é espaço pensado não tanto pelo aspecto geológico, mas como originário da antiga Santa Luzia. Na coletânea comemorativa de 250 anos da fundação de Luziânia e de 20 anos da Academia, chamada *História do Planalto* (MEIRELES e PIMENTEL, 1996), explica-se a presença do resumo histórico sobre Paracatu (MG): “embora cidade mineira, situada na outra margem do rio São Marcos, foi de lá que partiu o sertanista Antônio Bueno de Azevedo, que fundou, a 13 de dezembro de 1746, a cidade de Luziânia” (MEIRELES E PIMENTEL, 1996, p. 131). Aqui, o princípio de regionalização, no sentido de espaço criado por interação, encontro entre programas de ação (CERTEAU, 1994, p. 212), é vislumbrado pelo caminhar e deslocamento dos bandeirantes. Os acontecimentos que emergem desse caminhar, objeto de escrita de vários autores, constroem regiões pela partilha de tempos e histórias.

Planalto, como categoria espacial, reúne municípios mineiros e goianos, parecendo ser acionado sobretudo por escritores dos municípios goianos. No caso dos mineiros, a categoria regional mais recorrente é também mais restrita: *Noroeste de Minas*.

Noroeste e Planalto são categorias de diferente natureza, uma remetendo originalmente à estrutura geológica, outra à organização do território nacional. Porém, como Planalto, Noroeste de Minas fala também de um território de pertença e de identidades representadas nos textos estudados, reunindo municípios a partir de traços comuns.

Uma elaboração sobre esse espaço pode ser lida em “A cultura no Noroeste de Minas”, de Oliveira Mello (1998), no qual o autor reproduz uma palestra proferida durante a instalação da Academia de Letras do Noroeste de Minas, em Paracatu (MG). Cita Guimarães Rosa e Euclides da Cunha, para então afirmar que nãoalaria apenas do Noroeste sertanejo, mas situá-lo-ia no espaço. Localizado no Planalto Central do Brasil, o Noroeste começa a ser descrito por características territoriais da região, solo e vegetação, que levam a chapadões, gerais e buritis, rios capitaneados pelo São Francisco, vaqueiros e negros trabalhadores da mineração. Como na relação entre Santa Luzia/ Luziânia e Planalto, o Noroeste de Minas e sua cultura são descritos como *território formado a partir de Paracatu*, apontada como “cidade-matriarca”. Situado o Noroeste, Oliveira Mello redesenha

esse espaço ao discorrer sobre seus destaques nas artes e literatura, e sobre autores que escreveram sobre o Noroeste – Afonso Arinos, Guimarães Rosa, Mário Palmério – finalizando com nomes que participaram da instalação da Academia como acadêmicos e patronos.

Xiko Mendes é outro autor que comenta origens dos Noroeste no século XVII, com a menção às expedições de bandeirantes e à descoberta das minas de ouro do Rio Paracatu. A importância de seu relato está em explicitar a relação entre a fundação do Noroeste e a fundação de uma tradição narrativa. Fazendo um ligeiro desvio em relação ao material predominante neste artigo, apresento fragmentos de um registro oral ocorrido em maio de 2002, quando entrevistei Xiko Mendes a respeito de seu trabalho. Xiko Mendes recuperava em entrevista, sua fala apresentada na *Academia de Letras e Artes do Planalto*, em Luziânia, dias antes. O tema era a literatura do Noroeste de Minas. Mencionou o livro *Memórias históricas de Paracatu*, de Olympio Gonzaga, publicado em 1910.

(...) a primeira obra sobre Paracatu. E o importante dessa obra para gente é que, primeiro ele fez por conta própria; segundo, ele incorporou, digamos assim, o espírito geo-político do que seria futuramente o Noroeste de Minas. Porque até 1910 o Noroeste de Minas, como eu falei ontem, não existia.

Falar sobre a obra de Olympio Gonzaga é falar também sobre a inauguração do novo arranjo de um velho espaço, refazendo-se para constituir o que futuramente seria o Noroeste de Minas.

(...) era Paracatu, o município era muito extenso. Aí em 1910 começa a desmembrar povoados (...). Hoje está tendo uma re-incorporação não mais anulando a autonomia municipal, mas uma re-incorporação no universo do imaginário cultural. Quer dizer, Paracatu outrora congregou toda essa região como município único (...). Aí o progresso advindo inclusive com a mudança da capital federal possibilitou o desenvolvimento desses distritos que eram integrantes do município de Paracatu. E hoje, como municípios, esses ex-distritos de Paracatu voltam à velha cidade para mostrar o que progrediu ao longo desses anos.

De movimentos de fragmentação e reunião, o Noroeste de Minas é pensado a partir do desmembramento de Paracatu, da autonomia dos antigos

distritos, e ao mesmo tempo, da recuperação de um passado comum. Tanto a fala de Xiko Mendes, como a força que a referência de Olympio Gonzaga possui na rede dos textos, apontam a inauguração narrativa desse espaço.

(...) Então, o primeiro que a gente chama de pai da história do Noroeste de Minas é o Olympio Gonzaga, porque nessa obra, além de falar da história de Paracatu propriamente dita - que é a Paracatu de hoje, aquele município lá dentro daquele contexto, naquela configuração - ele fala da Paracatu, dos distritos de Paracatu até 1910 (...). Então, como ele dedicou um capítulo para falar de todos os distritos de Paracatu e hoje o Noroeste de Minas se constitui dos distritos de Paracatu que hoje são municípios, então ele é a fonte maior para entender a abordagem do que era o Noroeste de Minas ontem. O Noroeste de Minas antigamente é Olympio Gonzaga; e hoje [é] o Oliveira Mello.

Partiu-se de municípios, atravessando relatos sobre formações e emancipações, seus parentescos e regiões. O caminho dos livros leva agora à capital federal.

Municípios, Capital, Brasília

Em horizontes desenhados pelos textos, *capital* diz de um *lugar antes de Brasília*. A existência temporal da capital anterior à Brasília pode ser lida em duas perspectivas. Uma delas está nos relatos sobre a participação dos municípios, e de seus representantes, no projeto de *mudança* da Capital para o centro do país, quando aparecem também referências a personagens históricos como os Inconfidentes Mineiros ou José Bonifácio de Andrada e Silva, que sublinham a antiguidade da ideia. As narrativas sobre a participação dos municípios na luta pela mudança da capital, que resultou em Brasília, denotam uma ação: *trazer a capital*. A segunda perspectiva sobre a capital antes de Brasília mostra uma imagem que não é restrita aos textos trabalhados, ou a Goiás ou a Minas – o contraste do município/ interior com a capital, *lugar para onde se vai* estudar e tornar-se doutor, atravessar sertões e rusticidades.

Em *Trama de pensão*, de Antônio Pimentel, as duas perspectivas se entrelaçam na trajetória de um personagem fictício: “... doutor Américo era filho do sertão, bem do interior de Goiás, lugar distante, pouco falado na capital” (PIMENTEL, 2000, p.17). Médico recém-formado na capital Rio de Janeiro, gostava de discorrer sobre seu meio, sua cidade, porque ...

... [era] assunto que sempre lhe interessou, sempre mexeu com a sua goianidade. Por outro lado, isso seria uma outra forma de mostrar aos amigos da Capital o que era o seu Sertão, a cultura de sua gente. Nesse seu vaguear, uma promessa ficou bem marcada, a de que, mais dias, menos dias, um livro histórico ele haveria de produzir, onde seria reproduzido todo o passado de seu Estado, de sua antiga Província. Como convicção dessa idéia, como início, o título ele já tinha em mente: “Pela História de Goiás” (PIMENTEL, 2000, p. 22-23).

O personagem ficcional Américo, embora jamais explicitado na narrativa, é inspirado na figura de Antônio Americano do Brasil⁴. Considerado um dos principais historiadores goianos, Americano do Brasil é personagem histórico mencionado e homenageado em vários textos aqui enfocados. Lembrado por seus escritos e por sua atuação política, foi dele o projeto da *Pedra Fundamental* da nova capital, implantada em Planaltina em 7 de setembro de 1922 – marco recorrente nos textos.

Em *Apologia de Brasília* (1960), livro organizado por Dilermando Meireles e lançado como homenagem do “povo de Luziânia pela inauguração de Brasília”, o projeto de mudança da capital aparece em diferentes textos e tempos. Uma das partes do livro reproduz o discurso do então deputado Evangelino Meireles, contemporâneo de Americano do Brasil, proferido na ocasião do lançamento da “pedra fundamental da futura Capital da República no Planalto Central do Brasil”, em 1922. Sobre o lançamento, diz Evangelino Meireles:

O auspicioso fato de hoje é o encaminhamento natural de uma formosa idéia essencialmente brasileira; êle obedece como que a um determinismo político-social, que há mais de um século nos vem conduzindo para a finalidade máxima da nossa ambição patriótica – a mudança da sede do Governo para o ponto central do País, a fim de que o progresso se irradie do centro para a periferia e haja o aproveitamento dêste hinterland arquipotentoso e pagão, reserva fabulosa da grandeza que nos espera ao horizonte de nossa Pátria estremecida (...) (MEIRELES, 1960, p.15)

Além do lançamento da Pedra Fundamental, outros momentos nas obras analisadas dizem da capital do Planalto antes de Brasília, como é o

⁴ Seus dois livros publicados postumamente são: *Pela história de Goiás* (1980) e *Súmula de história de Goiás* (1961).

caso das Comissões que prepararam a mudança da capital, particularmente a *Comissão Exploradora do Planalto Central*, ou *Comissão Cruls*. Criada em 1892, no Governo Floriano Peixoto e chefiada por Louis Ferdinand Cruls, foi encarregada de explorar o Planalto Central e demarcar a área da futura capital. De sua passagem pelo Planalto, vários livros trazem impressões. Não é raro, em textos sobre personagens históricos dos municípios, menção a alguma participação na Comissão, ou referência dos autores a um parente que tenha dela participado. Entre referências textuais, cita-se Mário Castro sobre Planaltina, antiga Mestre d'Armas. Em *A Realidade pioneira*, Castro comenta:

Planaltina compreendeu melhor os estudos realizados pela Comissão Cruls, de 1892, muitos anos mais tarde. Todo o empreendimento *do Governo, no sertão, era respeitado com espreita e dúvida, pois tinha alguma semelhança com a cobrança do quinto, do dízimo ou dos impostos. Construir uma cidade? Onde? Nas terras de quem? Críticas e avaliações corriam soltas nos comentários cotidianos da vida. Quem poderia entregar o torrão do sacrifício com uma indenização imposta? Desapropriação sem a consideração dos valores culturais e a acomodação harmônica, lenta e através dos anos, na formação do Povoado, de seus habitantes!?* Esses questionamentos tiveram respostas, na época da Comissão Cruls em Planaltina. Porém, somente, depois do lançamento da Pedra Fundamental, das Comissões do Djalma Poli Coelho e do Marechal José Pessoa, que o Povoado acordou para o que esteve acontecendo (CASTRO, 1986, p.148 – grifos meus).

No trecho, o projeto de mudança da capital remete a outras e as mesmas imagens. O sertão aparece com força, desconfiando do governo, antevendo cobrança e perguntando: quem entregará o torrão do sacrifício?

Alguns textos oferecem críticas à imagem de Brasília construída sobre o vazio. Uma das respostas correntes, particularmente nos textos sobre Luziânia, é a de que Brasília não surgiu do nada, mas teve uma *pré-história* não reconhecida:

(...) Por isso, podemos afirmar que a pré-história do Planalto e de Brasília está em Luziânia e em sua projeção nas comunidades vizinhas. Espíritos superficiais e levianos acham que, quando Brasília se ergueu no Planalto, aqui era o vazio e o caos, obscurecendo desta arte mais de dois séculos de história no Planalto Goiano. No entanto, esta história existe e podemos dizer que ela se desenvolveu em seu período heróico. Foram os lances do homem com a natureza agreste e bravia, cercado por toda a sorte

de hostilidade e sem os recursos da ciência e da técnica (...). Onde estão, pois, o vazio e o caos e a ausência de regras jurídicas de que falam os cronistas e comentaristas apressados da Nova Capital? (GILBERTO, 1973, p.73).

A referência à “pré-história” de Brasília contesta o vazio e o caos imaginado pela ideologia hegemônica, dizendo ao contrário da abertura de caminhos, da construção de igrejas, crescimento do povoamento e criação de julgados. Ante o novo absoluto de Brasília são postos dois séculos de história do Planalto Goiano. Também de Planaltina se diz algo parecido:

A história de Planaltina, marcada pelo gesto cultural de sua gente, não é senão os antecedentes da história de Brasília. Por aí passaram os mentores da interiorização e as expedições de estudo e localização da Capital. Desde os índios Quirixás, os bandeirantes ou mudancistas, sempre esteve presente a marca do pioneirismo nessa localidade. Uma história, mais de três séculos, de coragem e luta pela transformação dos cerrados planálticos (CASTRO, 1986, p. 15)

A construção e presença de Brasília, e os desdobramentos desses eventos, são percebidos nas narrativas como períodos de uma história que começa muito antes, sustentando-se não ser Brasília o marco zero, não ter sido construída sobre tabula rasa. Surgiu como coroação de um momento ou outra fase, articulada a uma longa história que não anula momentos anteriores. Trata-se de um ponto crucial, perpassando a maioria dos textos estudados, somando-se a outras imagens e ambiguidades a respeito da nova capital. Junto àquelas sobre progresso e interiorização do desenvolvimento que a cidade nova traz, existem outras associadas à perda de identidade, da memória, de folclore.

Na maioria dos textos são raras as críticas diretas a Brasília. Quando aparecem, são rápidas menções. Um dos poucos textos críticos nesse sentido é *O mito da interiorização através de Brasília*, de Mendes (1995). Resultado de estudo monográfico, etapa final de formação acadêmica em história, seu texto quer provocar “a rediscussão analítica sobre a função simbólica de Brasília como mito de uma interiorização não realizada” (MENDES, 1995, p.14). Entretanto, embora nesse texto Mendes trabalhe principalmente com discursos sobre a nação, estão presentes elementos valorizados pelos discursos locais e regionais vistos até aqui: a Comissão Cruls, a Pedra Fundamental,

Americano do Brasil ou menções ao Noroeste de Minas e ao município de Formoso. A revisão crítica do mito da interiorização simbolizado por Brasília e a constatação do fracasso desse projeto não tiram, todavia, a importância que o texto dá ao projeto de interiorização do desenvolvimento. A ideia e sua importância permanecem: o mito, sustentado por interesses particulares de elite, é que deve ser superado.

Sacrifício e o Burity perdido

Para finalizar o caminho feito por palavras, trago ainda alguns olhares vindos de Luziânia (GO) e Paracatu (MG) sobre Brasília, lugares referenciais para o pensamento sobre o “Planalto” e o “Noroeste”. São perspectivas que reforçam a reivindicação da participação dos municípios na construção da capital e na efetivação de seu projeto, tanto por meio da ideia do sacrifício dos municípios, como por sua reinserção simbólica no contexto da nova capital.

De Luziânia, antiga Santa Luzia, recorda-se ter sido o município mais próximo a Brasília, e que mais cedeu terras à formação do Distrito Federal. Representada como hospedeira e anfitriã, Luziânia também sediou a *Comissão de Cooperação para Mudança da Capital*, criada pelo governo de Goiás “destinada a facilitar a fundação, no Planalto Central do Brasil, da Cidade de Brasília” (MEIRELES, 1978, p. 11). Sua missão seria a de fazer o estudo jurídico da situação fundiária das terras destinadas à “nova Unidade Federativa”, e cuidar da aquisição das terras. Para colaborar com tal Comissão, a prefeitura de Luziânia criou a Comissão Municipal. Meireles escreve sobre o tema:

(...) Luziânia do presente, hospedeira da nova civilização trazida para o interior brasileiro com a transferência da Capital Federal (...).

Daí porque bem merece integrar-se à nova comunidade de Brasília, com ela fundir-se, emprestar-lhe as raízes bicentenárias do seu passado heróico e dela receber o impulso e a dinamização necessária à total renovação de sua sociedade, de sua cultura e de sua economia (MEIRELES, 1973, p. 6).

Em tais fragmentos relativos a Brasília, são fortes as imagens temporais – presente que recebe a nova civilização, empresta o passado ao futuro. Conjugando-se a elas, está o espaço e a concretude do lugar, terra. Luziânia não só emprestou o tempo, diz a literatura, mas entregou suas terras à capital. Seus habitantes, cientes de participarem de um dever patriótico, são orien-

tados pela *Comissão para a Mudança da Capital da República*, encarregada de cuidar da desapropriação das terras e defender o erário, sem “abstrair dos interesses dos humildes habitantes do Planalto” (MEIRELES, 1978, p. 12)

(...) Neste ponto teve marcante atuação o município de Luziânia. Os proprietários de terrenos deste município, enquadrados no Novo Distrito Federal, demonstrando elevado espírito de compreensão pelo grande evento de Brasília, não criaram o menor obstáculo para entregar suas terras ao Governo. *Luziânia, pois, sangrou-se, na própria carne*, para cooperar na chamada – maior obra do século (GILBERTO, 1960, p. 46 – grifos meus)

Sangrar-se na própria carne para que Brasília pudesse nascer. Imagem que remete ao sacrifício, ideia construída em outros textos, sobre outros municípios. Sacrifício do município ou do “pobre sertanejo” (Meireles, 1978, p. 12), que entregam o que têm para que a capital possa ser erguida e cuidar do desenvolvimento nacional e de sua interiorização.

De Paracatu, além das imagens mencionadas, há trilhas que falam de buritis. A palmeira nomeia um poema escrito por Afonso Arinos de Mello Franco, filho de Paracatu, imortal da Academia Brasileira de Letras, e considerado fundador do regionalismo brasileiro. Seu poema, “Buriti Perdido” é citado em vários textos estudados, tanto como símbolo da terra natal, ilustração de seu “localismo autêntico”, quanto como antevisão da nova Capital:

Velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista, que de majestade e tristura não exprimes, venerável eponimo dos campos! (...)

Talvez passassem junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras; o guerreiro tupi, escravo dos de Piratininga, parou estático diante da velha palmeira e relembrou os tempos de sua independência, quando as tribos nômades vagavam livres por essa terra (...)

Se algum dia a civilização ganhar essas paragens longínquas, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho buriti perdido. (...)

Então, talvez uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas, uma página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que reverte na mente de cada um dos filhos desta terra.⁵

⁵ Essa edição do poema de Arinos combinou a leitura de dois textos: Joaquim Gilberto (1973) e Oliveira Mello (1994).

Trechos do poema “Burity Perdido” estão presentes em vários dos textos mineiros e goianos estudados, e não por acaso. O poema sintetiza imagens encontradas no percurso oferecido pelas literaturas locais: paisagens, cenas de ocupação do território, personagens, além da menção a uma grande cidade que talvez se levante se, algum dia, a “civilização ganhar essas paragens”.

Concluindo a discussão, recupero uma imagem que transporta o poema para um tempo mais próximo, oferecida por uma autora de Paracatu, Terezinha de Jesus Neiva, em *Divagando* (1995). Seu livro reúne textos intimistas e crônicas. Uma delas chama-se “Buriti Perdido”, escrita em 1995. Porém, avisa a autora, não se trata daquele famoso de Antonio Arinos, e sim do “buriti de trinta e cinco anos”, “único de sua espécie no lugar onde habita”. Nascido da inspiração de Burle Max, paisagista da nova capital homenageado em sua crônica, que amorosamente diz “Meu Lindo Buriti Perdido da Praça do Buriti” (NEIVA MIRANDA, 1995, p.20).

A árvore nomeia uma Praça em Brasília, Praça do Buriti, onde atualmente se localiza a sede do Governo do Distrito Federal. A imagem oferecida por Terezinha Neiva reconta o buriti perdido e diz de sua atualização no espaço contemporâneo e político de Brasília, na praça defronte à sede do governo do Distrito Federal. Reforçando sínteses, seu livro tem como capa a foto do buriti da Praça do Buriti – DF, e na contracapa, a foto da vista aérea de Paracatu. As imagens do *Burity Perdido* – testemunha da conquista, poeta dos desertos, cantor da natureza dos sertões – reinscrevem-se em Brasília, relembrando tempos e textos em que a Capital era apenas uma ideia sonhada nos municípios.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Edésio Machado de. 2001. “Fragmentos do substrato cultural do Planalto”. In: PIMENTEL, Antônio (org.). *História do Planalto: coletânea*. Vol. II. Academia de Letras e Artes do Planalto. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.
- BERTRAM, Paulo. 2000. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Brasília: Verano.
- BOURDIEU, Pierre. 2001. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. 1995. “Do sertão à cidade: quantos territórios?”. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues & MESQUITA, Zilá (orgs.). *Territórios do cotidiano*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. UFRGS/ Ed. UNISC.

- BRASIL, Americano do. 1961. [1932]. *Súmula de história de Goiás*. Goiânia: Depto. Estadual de Cultura.
- _____. 1980. [1918/20]. *Pela história de Goiás*. Goiânia: Editora UFG.
- BRAZ, Brasiliano. 1977. *São Francisco nos caminhos da história*. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A.
- CASTRO, Mário. 1986. *A realidade pioneira*. Brasília: Thesaurus
- CERTEAU, Michel de. 1994. *A invenção do cotidiano: 1. Artes do Fazer*. Petrópolis, Vozes.
- CHAVES, Christine de A. 1996. *Eleições em Buritis: a pessoa política*. Série Antropologia, n. 206. Brasília: DAN/ UnB.
- CURADO, Ramir. 1997. *Corumbá de Goiás: estudos sociais*. Brasília: Editora Ser.
- DURÃES, Oscar Reis. 1996. *Raízes e culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*. Brasília: Linha Gráfica Editora.
- GILBERTO, Joaquim. 1960. “Brasília e o novo fenômeno demográfico da Interlândia”. In: MEIRELES, José Dilermando (org.). *Apologia de Brasília*. Luziânia: Prefeitura Municipal.
- _____. 1973. “Evangélico Meireles no tempo e no espaço”. In: MEIRELES, José Dilermando (org.). *Evangélico Meireles: vida e obra*. Conferências. Mimeo, p. 36-43.
- GOFFMAN, Erving. 1983. “The interaction order”. *American Sociological Review*, v. 48, p. 1-7.
- GONÇALVES, Maria Torres. 1990. *Saga: Hunay de ontem e Unai de hoje*. Belo Horizonte: Editora Arte Quintal.
- JACINTO, Andréa Borghi Moreira. 2003. *Margens escritas: versões da capital antes de Brasília*. Tese de Doutorado. Brasília: PPGAS/ DAN, UnB.
- MEIRELES, José Dilermando (org.) 1960. *Apologia de Brasília*. Luziânia: Prefeitura Municipal.
- _____. (org.). 1973. *Evangélico Meireles: vida e obra*. Conferências. Mimeo.
- _____. 1978. *Deste Planalto Central... o histórico e o pitoresco*. Luziânia, GO: Jorluz Editora.
- MEIRELES, José Dilermando & PIMENTEL, Antônio (orgs.). 1996. *História do Planalto: coletânea*. Vol. I. Academia de Letras e Artes do Planalto. Luziânia: [s.n.]
- MELLO ÁLVARES, Joseph de. 1979. *Histórias de Santa Luzia*. Luziânia. Brasília: Gráfica e Editora Independência.

- MENDES, Xiko. 1995. *O mito da interiorização através de Brasília*. Brasília: ASEFE – Editora Regional
- _____. 2002. *Formoso de Minas no final do Século XX: 130 anos!*. Formoso, MG: Prefeitura Municipal de Formoso.
- NEIVA MIRANDA, Terezinha de Jesus. 1995. *Divagando*. Edição do autor.
- MAGNOLI, Demétrio. 1997. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulistas/Moderna.
- OLIVEIRA MELLO, Antônio de. 1994. *De volta ao Sertão: Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro*. Paracatu: Edições Buritis.
- _____. 1998. *Minas opiniões: e as suas?*. Paracatu: Academia de Letras do Noroeste de Minas.
- PAULA, Hermes de. 1957. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE (Montes Claros, MG)
- PIMENTEL, Antônio. 1992. *Fragmentos antológicos dos autodidatas de Santa Luzia*. s/ed.
- _____. 1994. *Pela vila de Santa Luzia ou fragmentos de um passado*. Gráfica e Editora Independência, s/l.
- _____. 1996. *O autodidata maior: vida, obra e genealogia*. Gráfica e Editora Independência, s/l.
- _____. 2000. *Trama de pensão*. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.
- _____. (org.). 2001. *História do Planalto: coletânea*. Vol. II. Academia de Letras e Artes do Planalto. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. 1973. “O sitiante tradicional e a percepção do espaço”. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org.). *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. 1976. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega.
- ROSA, Guimarães. 1979. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- VALADARES, Napoleão. 1990. *Urucuaia*. Brasília: Thesaurus,

Resumo

O artigo analisa textos comprometidos com a história de municípios mineiros e goianos vizinhos a Brasília (DF), contrastando-os com uma imagem frequente sobre Brasília no

imaginário nacional – a da capital modernista construída sobre espaços vazios de cultura e civilização. Consideram-se textos vinculados à tradição histórico-memorialista dos municípios, e a representação de personagens e espaços que indicam a centralidade do município, a pertença à nação e sua relação com outros lugares descritos pela retórica do parentesco. Ao contrário do vazio, percebe-se uma cultura escrita que retrata os municípios como aqueles que, pela via do sacrifício, ofereceram tempo e espaço à nova capital. **Palavras-chave:** literatura local; espaço; municípios; capital federal; Noroeste de Minas; Planalto Central.

Abstract

The article analyses texts committed with the history of municipalities of Minas Gerais and Goiás, in the region surrounding the federal capital, in contrast with a current image of Brasília in the nation's imaginary – a modern city built upon empty spaces of culture and civilization. The article deals with literary texts linked to historical/memorial tradition of the municipalities, and the representation of characters and spaces pointing to the centrality of municipality, its relation to the nation and other places, described through the language of kinship. Contrary to the emptiness, one finds a written culture that represents the municipalities as those which, through their sacrifice, offered space and time to the new capital.

Key-words: local literature; space; municipalities; federal capital; Northwest of Minas Gerais; Central Plateau.

Recebido em fevereiro de 2009.

Aprovado em julho de 2009.